

LIMA, Licínio C. **Aprender para ganhar, conhecer para competir: sobre a subordinação da educação na “sociedade da aprendizagem”**. São Paulo: Cortez, 2012. – (Coleção questões da nossa época; v. 41).

Fabiola Carla Andretta Teffili

Mestranda em Educação – PPGE - Universidade Federal Da Fronteira SUL - UFFS - Campus Chapecó-SC - Técnica Administrativa Em Educação Na Universidade Federal Da Fronteira Sul - UFFS - Campus Erechim - Licenciada em Matemática. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Matemática e Tecnologias – GEPEM@T - UFFS - Campus Erechim

A “aprendizagem ao longo da vida<sup>1</sup>”, que é destacada em documentos internacionais da União Europeia e de outros governos, está centrada na competitividade e, portanto, diretamente relacionada ao ato de “aprender para ganhar”. A preocupação com o “conhecer para competir”, concepção subjacente ao governo capitalista, tornou-se foco do estudo do professor Licínio C. Lima no livro *Aprender para ganhar, conhecer para competir: sobre a subordinação da educação na “sociedade da aprendizagem”*, editado em 2012 pela editora Cortez, de São Paulo.

No primeiro capítulo do livro, o qual intitula-se “A educação faz tudo?”, o autor discute a apologia da aprendizagem útil para a empregabilidade, o poder da educação, o pedagogismo e a subordinação. Inicialmente, o autor critica a educação historicamente promovida na escola, pontuando que no passado a educação do povo praticamente “não servia para nada”. Em contraposição, na atual “sociedade da aprendizagem”, a educação e o conhecimento vêm sendo vistos com poder exagerado como se fossem o caminho para a salvação, principalmente no que diz respeito ao crescimento econômico da sociedade. Nesse sentido, o autor comenta que a educação tem limites normativos, ético-políticos

e morais. Logo, ela [a educação] não tem o compromisso de dar conta de tudo e, ainda, nem tudo pode ser entendido como educação. O autor relaciona a “aprendizagem ao longo da vida” como um “medicamento para tratar dos males de que tantos pacientes sofrem” (p.30), remédio este que, se administrado adequadamente, maiores serão as chances de cura do paciente. Ou seja, se aprenderem de modo adequado maiores serão suas oportunidades.

Licínio Lima, fundamentado em Ball (2007), argumenta que as escolhas de oportunidades de aprendizagem passaram a ser o centro de decisão das pessoas, o que é normal para consumidores que usufruem da liberdade de escolher o serviço mais conveniente e melhor. Ainda, pautado em Ball (2007), comenta que “a aprendizagem tem sido cada vez mais um assunto privado e cada vez mais dependente da prestação de serviços” (p.33), pois cada vez mais depende do estilo de vida, das culturas de aprendizagens, do perfil de consumo e da capacidade do indivíduo.

Na defesa pela aprendizagem individual, as tendências direcionam para o “eu” empresarial, idealizando a flexibilidade por meio de substituições do trabalho, do trabalhador e até mesmo do empresário. A esse respeito

Licínio Lima destaca que, atualmente, as pessoas acreditam que a partir da educação e “aprendizagem ao longo da vida” é possível realizar transformações sociais e até mesmo econômicas no meio em que vivem. Essa visão é reforçada no entendimento preconizado por autores como Helvétius (1773), para o qual a educação é responsável “por tornar estúpido o ser humano, ou pelo contrário, por transformá-lo num ser perfeito e genial” (p.37).

Por conseguinte, Licínio Lima chama atenção às críticas feitas por Diderot (1998) à Helvétius. Para Diderot, há outros elementos como trabalho, clima, alimentação e governo que influenciam na determinação das pessoas e, também, no modo como elas são. Complementando, Licínio Lima diz, pautado em Mészáros (2005), que a educação não pode ser vocacional, pois isso limitaria as pessoas às “funções utilitaristas”, uma vez que seguiriam os estudos apenas por vocação, aprofundando-se apenas naquilo que gostam de fazer. Além disso, Lima destaca que, no discurso político e dominante dos países europeus, a formação técnica e vocacional das “qualificações ao longo da vida” correm riscos pelo aumento da competitividade e produtividade, as quais estão em sinergia com ações que orientam a subordinação e a alienação dos cidadãos.

Sumarizando, a substituição do conceito de educação pelo conceito de aprendizagem ao longo da vida tem como mote visões preconizadas pelas orientações normativas da União Europeia, nas quais o “aprender a ter” é o centro de valorização de todas as formas de aprendizagem. O autor chama a atenção para todas as maneiras de aprender, visando sempre à competitividade econômica construindo o “aprender para ganhar”. Portanto, fica clara a relação da “aprendizagem ao longo da vida” com o “aprender para ganhar”, pois esta concepção está focada na ascensão para o desenvolvimento econômico e social,

na competitividade, com variadas competências e possibilidades para se manter empregado, ou ainda de tornar-se empregável.

Em seguida, o autor faz uma reflexão sobre o pedagogismo e subordinação, onde se posiciona criticamente à “pedagogização”, a qual se sustenta na crença da população que seus “maiores problemas se devem à crise da educação e da escola, e de que só pela via de um novo paradigma de aprendizagem, que em primeiro lugar responsabiliza o indivíduo e o atomiza” (p.44), será possível responder os problemas da “sociedade da informação e do conhecimento” e os desafios do mundo globalizado em que vivemos. Desta forma fica evidente o “pensamento mágico” (Sievers, 2008) que a educação pode tudo e, pior, manifestando a responsabilidade individual do professor. Neste sentido, o autor defende que a educação exige a participação de todos os sujeitos envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem, pois, como argumenta Freire (1999), os homens se educam no coletivo, na sua relação com o mundo.

Ampliando a discussão sobre a “pedagogização”, o autor teoriza sobre a educação para o novo capitalismo, a qual imperativamente a economia subordina-se a aprendizagens que objetivam resultados mensuráveis e hierárquicos, adequando-se ao sistema vigente. Tal educação, portanto, está voltada ao assistencialismo social, centrada na produtividade, na modernização econômica e funcional. Baseado nos argumentos de Michel Porter, o autor afirma que a educação é muito mais do que uma questão econômica, é também uma questão política social e cultural. Do mesmo modo subentende uma pedagogia complexa.

Para além, Licínio Lima manifesta-se dizendo que o “trabalho decente” é fruto da “educação e formação decentes”, não devendo apenas ao fato de permitir que mais pessoas participem do processo de construção e humanização social. Para ele, “a aprendi-

zagem e educação decentes” podem “vir a ser assumidas como um novo referencial de preparação de nós próprios, com os outros e durante todo o curso da nossa vida, para a liberdade e o desenvolvimento pessoal e social, para a autonomia e a solidariedade [...]” (p.49). Neste sentido, o autor expõe a preocupação do aprender e educar decentes, a fim de inserir os seres humanos ativamente na participação da cidadania e na construção política. Revela, ainda, que uma “aprendizagem decente” para o trabalho compreenderia, também, competências críticas e habilidades de transformação indispensáveis às mudanças necessárias ao contexto de mundo social globalizado. Em síntese, a educação e a aprendizagem estão voltadas para além das questões relacionadas à empregabilidade e produtividade dos trabalhadores, pois estão acima do que a gestão de recursos humanos e do que o modo de vista vocacional impõe a formatos restritos de utilidade.

No segundo capítulo, intitulado “Sobre a pesquisa em educação”, Licínio Lima comenta sobre o contexto político atual que define a pesquisa como “um dos principais motores do crescimento econômico e da competitividade” (p.51). A pesquisa em Educação está frente a novos desafios, assim como a educação poderá ser transformada na indústria do conhecimento subordinada ao Estado, a setores privados e financiadores.

Prosseguindo a discussão, Licínio Lima destaca a criação de um Espaço Europeu de Investigação<sup>2</sup>, criado em 2008, que foi aderido por parte dos Estados-membros da União Europeia com objetivo de garantir o sucesso das atividades de pesquisa. A criação deste Espaço foi motivada pelo receio de que a Europa não conseguisse fazer a passagem para a economia do conhecimento, cuja premissa fundante assentava-se na crença de que a pesquisa investigativa, aliada à tecnologia, fosse o motor do crescimento econômico e da competitividade. Na visão predomina-

te na Europa, a pesquisa deveria ser útil e competitiva.

Posteriormente, Licínio destaca a comercialização do conhecimento acadêmico, dos resultados de pesquisa e da inserção em indústrias como o conhecimento da concorrência, o “conhecer para competir”, considerando que “o conhecimento como bem público encontra-se em crise” (p.55). É a partir de tal situação que surge um novo retrato de pesquisador, o pesquisador-empREENDEDOR que concorre e que compete no mercado. Academicamente empreender e criar novas indústrias faz parte do compromisso das instituições de ensino superior com seus estudantes e professores, uma vez que, segundo Richard Sennett (2008), o acadêmico-empREENDEDOR é visto como chefe de grupos que almejam a produção do conhecimento em grande quantidade e, também, como o empresário de si mesmo.

De acordo com o autor, o conceito de educação refere-se ao conceito de formação, subordinado a modelos e métodos derivados da escola, mas também da dominação da formação profissional contínua ou vocacional. A alternativa de comercializar o conhecimento parece ser algo apreciado pelas próprias instituições de educação superior.

O autor argumenta que não temos formas de organizar pesquisas, pois não criticamos os outros, apenas ignoramos. Conforme destaca o autor, precisamos aprender a diferenciar problemas socioeducativos e problemas de pesquisa em educação para que não fiquemos vulneráveis em busca de solucionar problemas impostos por determinados interesses. Ademais, o autor propõe uma discussão sobre a avaliação das pesquisas realizadas por instituições de educação superior no Reino Unido, considerando este sistema de avaliação competitivo, hierarquizado e burocrático, o que manifesta falta de conhecimento sociocultural e acadêmico pela maioria dos avaliadores.

No terceiro capítulo, intitulado “Educação, Estado, Sociedade Civil”, Licínio Lima comenta sobre o desvio da educação para o centro da aprendizagem individualizada, que direciona para a posse de ganhos econômicos e produtivos, representando o “aprender para ganhar”, aspecto este que corresponde “a uma mudança de paradigma nas relações entre o Estado e a educação” (p.94). Desta forma, o modelo de conhecimento útil e competitivo, característica da visão “conhecer para competir”, modificou saberes e poderes subordinados à pesquisa em educação “aos designados quesitos da modernização e da economia do conhecimento” (p.94). Complementarmente, afirma que a subordinação do conceito de educação ao conceito de formação, seja ela profissional ou vocacional, contribuiu para a desvalorização da mediação de associações populares na educação de adultos.

Por fim, o autor propõe algumas reflexões sobre a dificuldade de promover a educação para a democracia, instigando-nos a olhar para a necessidade de pesquisar sobre políticas e práticas educativas com ênfase à participação argumentativa e crítica de quem as defende.

## NOTAS

- <sup>1</sup> As expressões entre aspas apresentadas ao longo do texto são expressões *ipsis litteris* usadas pelo autor.
- <sup>2</sup> Este Espaço objetiva estabelecer uma zona de investigação sem fronteiras, na qual os recursos científicos serão utilizados de melhor forma com vista ao crescimento do emprego e da competitividade na Europa. Disponível em: <[http://europa.eu/legislation\\_summaries/other/i23010\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/other/i23010_pt.htm)>. Acesso em: 26 nov. 2013.